



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**RESOLUÇÃO Nº 02/2021**

Aprova o Regulamento do Programa de Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

A Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,

Considerando o Regulamento do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP;

Considerando as Normas Acadêmicas Nacionais do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP;

Considerando o ato de criação do curso em rede na CAPES, publicado em 25/04/2013, no qual a UFCG figura como instituição associada;

Considerando o Regulamento Nacional que disciplina o funcionamento do Programa em todas as Instituições associadas;

Considerando a Resolução nº 03/2016 desta Câmara, que trata do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no âmbito da UFCG; e

À vista das deliberações do plenário, em reunião realizada no dia 04 de junho de 2021, (Processo SEI nº 23096.044815/2020-36)

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar o Regulamento e a Estrutura Curricular do Programa de Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

**Parágrafo único.** O Regulamento do Programa e a Estrutura Curricular a que se refere o *caput* deste artigo passa a se reger pelo exposto no texto constante na presente Resolução, na forma dos Anexos I e II.

**Art. 2º** A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Superior de Pós-Graduação do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 17 de junho de 2021.

**MÁRIO EDUARDO RANGEL MOREIRA CAVALCANTI MATA**  
**Presidente**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO  
(ANEXO I DA RESOLUÇÃO 02/2021)**

**REGULAMENTO DO PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL – PROFIAP – DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG.**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÃO INICIAL**

**Art. 1º** Este Regulamento Interno estabelece normas sobre as atividades acadêmicas e operacionais do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

**CAPÍTULO II  
DA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO E ATIVIDADES ACADÊMICAS OPERACIONAIS DO CURSO**

**Art. 2º** São atribuições da Comissão Acadêmica Local, em conformidade com o Regulamento do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP:

I – coordenar a execução e organização de todas as ações e atividades do PROFIAP, visando sua excelência acadêmica e administrativa, na Instituição Associada;

II – representar, na pessoa do Coordenador Acadêmico Local, o PROFIAP perante os órgãos da Instituição Associada;

III – propor, a cada período, a programação acadêmica local e a distribuição de carga didática entre os membros do corpo docente local;

IV – designar os Representantes Locais das disciplinas, dentro do seu corpo docente;

V – propor credenciamento e descredenciamento de membros de seu corpo docente;

VI – organizar atividades complementares, tais como palestras e oficinas, a serem realizadas no âmbito do PROFIAP;

VII – decidir sobre solicitações de trancamento e cancelamento de disciplinas;

VIII – elaborar e encaminhar ao Comitê Gestor relatórios anuais de gestão de suas atividades, e um relatório quadrienal de avaliação.

**Art. 3º** A Comissão Acadêmica Local, no âmbito da UFCG, será composta dos seguintes membros:

I – o Coordenador (a) Acadêmico (a) Local do PROFIAP/UFCG;

II – o Vice-Coordenador (a) Acadêmico (a) Local do PROFIAP/UFCG;

III – Professores Permanentes e Professores Colaboradores do PROFIAP/UFCG.

IV – 01 um (a) Secretário (a) do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS da UFCG, para apoio operacional administrativo.

**Parágrafo único.** A Comissão Acadêmica Local reunir-se-á duas vezes, anualmente, para discutir e/ou deliberar assuntos referentes ao planejamento e à avaliação das atividades acadêmicas do PROFIAP/UFCG, de acordo com o disposto no Regulamento Nacional e Normas Acadêmicas do PROFIAP/Nacional.

**Art. 4º** O Colegiado será composto pelos seguintes membros:

I – o Coordenador (a) Acadêmico (a) Local do PROFIAP/UFCG;

II – 03 (três) Professores do PROFIAP/UFCG;

III – 01 (um) representante Discente do PROFIAP/UFCG.

IV – 01 um (a) Secretário (a) do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS da UFCG, para apoio operacional administrativo.

**§ 1º** O Colegiado é um órgão hierarquicamente inferior à Comissão Acadêmica Local, mas, de forma subsidiária, poderá exercer todas as atribuições da Comissão Acadêmica Local, exceto as atividades acadêmicas do Planejamento e da Avaliação.

**§ 2º** O Colegiado reunir-se-á sempre que se fizer necessário.

**Art. 5º** A Comissão Acadêmica Local possui competência para criar normas de interesse do PROFIAP/UFCG, de acordo com os regulamentos e normas estabelecidos pelo PROFIAP/NACIONAL e UFCG.

**Parágrafo único.** Inexistindo normas formuladas pela Comissão Acadêmica Local, caberá ao Colegiado a competência de produzir normas que atendam às peculiaridades do PROFIAP/UFCG.

**Art. 6º** A Comissão Acadêmica Local não poderá delegar poderes, a outro órgão ou instituição, de se reunir e tratar de assuntos referentes ao Planejamento e a Avaliação.

**Parágrafo único.** Caso a Comissão Acadêmica Local, no uso de suas atribuições não se reunir na data apazada, caberá ao Colegiado assumir as atribuições discursivas e/ou deliberativas, outrora pertencentes à referida Comissão.

**Art. 7º** O Planejamento das Atividades Acadêmicas do referido mestrado serão realizados pelo menos 30 (trinta) dias antes do início de cada semestre letivo, devendo este ser aprovado pela Comissão Acadêmica Local desta Pós-Graduação.

**Art. 8º** A matrícula será realizada de acordo com o Calendário Nacional definido pela Comissão Acadêmica Nacional – CAN, além da observância do Planejamento disponibilizado pela Coordenação do PROFIAP/UFCG.

**Art. 9º** O Credenciamento será realizado conforme Edital disponibilizado pelo Comitê Gestor do PROFIAP Nacional e observará os seguintes critérios:

I – o professor (a) interessado (a) deve entrar com um pedido formal ao colegiado do programa;

II – será dada preferência aos professores da UFCG/CCJS que tiverem a pontuação necessária para se credenciarem como professor colaborador ou permanente;

III – em não havendo vaga, o pedido para se credenciar como professor colaborador será indeferido pelo Coordenador do Programa, sem que o colegiado tenha que se pronunciar;

IV – o professor aceito como colaborador ou permanente deverá assinar um termo de compromisso, no sentido de ministrar aulas e orientar sempre que o programa necessitar e de manter a pontuação necessária para colaborador ou permanente, conforme o caso.

**Art. 10.** A Banca Examinadora do Projeto de Qualificação de Dissertação e da Defesa de Dissertação será composta por, no mínimo, 03 (três) membros e no máximo 04 (quatro) membros, sendo obrigatória a participação do Orientador, 01 (um) membro interno de uma Universidade Associada à Rede PROFIAP, 01 (um) membro externo de Universidades não pertencentes à Rede PROFIAP.

**Parágrafo único.** Todos os professores membros da Banca Examinadora deverão ter o título de Doutor.

**Art. 11.** Todas as disciplinas ministradas no PROFIAP/UFCG serão realizadas nas modalidades conjuntas – presenciais e a distância.

**Parágrafo único.** A carga horária da modalidade a distância poderá ser de até 50% do total de aulas ministradas.

**Art. 12.** Anualmente deverá ser realizado um Evento Científico com o escopo de apresentar resultados das pesquisas científicas desenvolvidas pelos discentes e docentes no âmbito do PROFIAP/UFCG.

**Art. 13.** A infraestrutura será composta, no mínimo, de:

I – uma sala de aula equipada;

II – uma Secretaria;

III – um laboratório de informática;

IV – uma sala para atividades acadêmicas dos discentes e docentes.

**Art. 14.** As Comunicações Oficiais do PROFIAP/UFCG serão disponibilizadas por e-mail institucional do referido mestrado.

**Art. 15.** A autoavaliação do PROFIAP/UFCG, será realizada de acordo com o Regulamento e as Normas Acadêmicas Nacionais do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional.

**Art. 16.** Os casos omissos serão decididos pela Comissão Acadêmica Local, no âmbito da UFCG.

**Parágrafo único.** Caso a Comissão Acadêmica Local não se pronuncie na data aprazada sobre os casos omissos, prevalecerá o entendimento do Colegiado PROFIAP/UFCG.

**Art. 17.** O presente Regulamento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES**  
**CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
**CÂMARA SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
*(Anexo II da Resolução 02/2021)*

**ESTRUTURA CURRICULAR DO PROGRAMA DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE NACIONAL – PROFIAP – DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG.**

✓ **ESTRUTURA CURRICULAR**

O PROFIAP prevê 600 horas de atividades didáticas, correspondentes a 40 créditos, englobando disciplinas obrigatórias, incluindo o Trabalho de conclusão Final (TCF), e disciplinas Eletivas.

<b>DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS (360H)</b>	
<b>Nome</b>	<b>Carga Horária</b>
Estado Sociedade e Administração Pública	60h
Teoria das Organizações	60h
Métodos de Pesquisa Aplicados à Gestão Pública	60h
Finanças Públicas e Gestão Orçamentária	60h
Formulação de Políticas Públicas	60h
Gestão de Projetos Públicos	60h
<b>DISCIPLINAS OPITATIVAS (120H)</b>	
<b>Nome</b>	<b>Carga Horária</b>
Práticas de Produção Técnico-Científica	60h
Direito Administrativo	60h
Gestão de Contratos e Convênios	60h
Administração Estratégica	60h
Gestão Social e Ambiental	60h
Projeto Organizacional	60h
Gestão Pública	60h
Elaboração e Análise de Projetos	60h
Tópicos Especiais em Gestão Pública I	60h
Tópicos Especiais em Gestão Pública II	60h
<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCF (120h)</b>	
O TCF versará sobre um projeto organizacional (diagnóstico e/ou proposta de intervenção). As organizações de origem do mestrando serão espaços de multiplicador para realização de pesquisas empíricas para os TCF	

✓ **EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA**

**Estado, Sociedade e Administração Pública.**

**Ementa.** O Estado, elementos constitutivos, características funções e organização. Sociedade, dinâmica social, cidadania e a noção de bem comum. Conceito de Administração Pública. Características do setor público brasileiro. Estrutura de Poder na Administração Pública: esferas de poder e a integração dos poderes. O processo administrativo aplicado à Administração Pública: funções e atividades. Reforma Administrativa e parcerias público-privadas.

### **Bibliografia.**

ABREU, Marcelo Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

AFONSO, JR: ARAÚJO, E. A. A.; VIANNA, S. W. Carga tributária indireta no Brasil: análise de incidência efetiva sobre as famílias. BID, Série de estudos econômicos e Sociais, fev. 2004.

ANDRADE, D. P. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo , v. 38, n. 1, p. 109-135, abril/2019.

ARAUJO JR., Marco Antonio. Ética profissional. 1. ed. São Paulo: Premier Máxima, 2006.

ASHLEY, PATRÍCIA. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Terceiro Setor, 2005.

BECKER, Bertha G.; EGLER, Claudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BITENCOURT, C. M.; PASE, E. S. A necessária relação entre democracia e controle social: discutindo os possíveis reflexos de uma democracia “não amadurecida” na efetivação do controle social da Administração Pública. Revista de Investigações Constitucionais, v. 2, n. 1, p. 293-311, 2015.

BILHIM, J. A. D. F. Nova governação pública e meritocracia. Sociologia, Problemas e Práticas, v. 0, n. 84, p. 9-25, 2017.

BHAGWATI, Jagdish. Em defesa da globalização: como a globalização está ajudando ricos e pobres. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2004.

BOBBIO, N.; BOVERO, M. Sociedade e estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. BORÓN, A.; SADER, E. Pós-neoliberalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.171. Brasília: Planalto, 1994. [Código de Ética do Servidor Público].

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.112. Brasília: Senado, 11.12.1990. [Lei do Servidor Público].

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.429. Brasília: Senado, 02.06.1992. [Lei da Improbidade Administrativa].



BRANDSEN, Taco et. al. The State and the Reconstruction of Civil Society. *International Review of Administrative Sciences*, v. 83, n. 4, p.676-93, 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Construindo o estado republicano*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas; 2009. Tradução de *Democracy and Public Management Reform: Building the Republican State*. Oxford University Press, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; SPINK, P. K. *Reforma do Estado e reforma gerencial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CUNHA, Elcemir Paço. *Marxismo e burocracia de Estado*. Campinas: Papel Social, 2017. FAORO, R. *Os donos do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2011.

FRANCO, G. H. B. *Crônicas da convergência: ensaios sobre temas já não tão polêmicos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. Página 1/11 - 22/05/2012 11:58:42.

FREITAS, A. F. D.; FREITAS, A. F. D.; FERREIRA, M. A. M. *Gestão social como projeto político e prática discursiva*. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 14, n. 2, p. 278-292, 2016.

FREIRE, E.; MOTTA, S. *Ética na Administração Pública*. 3ed. Rio de Janeiro:Campus, 2007.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIDDENS, A. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Presença, 1994.

\_\_\_\_\_. *Política, sociologia e teoria Social*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, D. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOBBSBAWN, E. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MENDES, M. (org.). *Gasto público eficiente: 91 propostas para o desenvolvimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, Instituto Fernand Braudel, 2006.

MONTEIRO, J. V. *Lições de economia constitucional brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. O estado da arte da gestão pública. Rev. adm. empres. São Paulo, v. 53, n. 1, p. 82-90, 2013.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1994. OSTROM, V.;

OSTROM, E. "Public Choice: A Different Approach to the Study of Public Administration". Public Administration Review, n. 31, 1971.

PAULA, A. P. P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

PAULA, A. P. P. D.; KEINERT, T. M. M. Inovações institucionais participativas: uma abordagem exploratória da produção brasileira em Administração Pública na RAP e no EnAPG (1990-2014). Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. 3, p. 744-758, 2016.

PRADO, L. C., TAMEZ, C. A. S. Ética na administração pública. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

SAES, D. República do capital. São Paulo: Boitempo, 2001.

SOUZA, C. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. Revista de Administração Pública (Impresso), v. 51, p. 25-45, 2017.

TAYLOR, C. A questão da liberdade. In: Hegel e a sociedade moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília: Editora UnB, 1994.

WILSON, W. O estudo da Administração. In: JAMESON, S. O que é administração pública? São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1962.

### **Finanças Públicas e Gestão Orçamentária**

**Ementa.** O processo de elaboração, implementação e avaliação do orçamento no setor público. Análise de modelos participativos no planejamento, execução e monitoramento do orçamento. Planejamento financeiro e orçamentário governamental, modelos e avaliação de orçamento público, acompanhamento e controle financeiro de programas do governo, gerenciamento e medição de desempenho financeiro na administração pública.

### **Bibliografia**

ALENCAR JUNIOR, O. G.; SALVADOR, E. D. S. Finanças, fundo público e financiamento da Seguridade Social no Brasil. Revista Katálysis, v. 18, n. 2, p. 239-248, 2015.

AMBIAGI, F.; ALÉM, F. Finanças públicas: teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004.

BATISTA, Marco Antônio Cavalcanti. MALDONO, José Manuel Santos de Varge. O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde (C&T/S). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 42, n. 4, p. 681-99, 2008.

CALDEIRA, A. A. et al. Sustentabilidade da dívida estadual brasileira: uma análise da relação dívida líquida e resultado primário. Revista de Administração Pública, v. 50, n. 2, p. 285-306, 2016.

CASTRO, R. Administração Pública antifrágil. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. Finanças públicas no nível local de governo. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 4, p. 159-182, 2000. CREPALDI, Silvio Aparecido;

CREPALDI, Guilherme Simões. Orçamento público: planejamento, elaboração e controle. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CULLIS, J.; JONES, P. Public finance and public choice: analytical perspectives. New York: Oxford university press, 1992.

DALMONECH, Luiz Fernando; TEIXEIRA, Arilton; SANT'ANNA, José Mário Bispo. O impacto ex-post da Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000 nas finanças dos estados brasileiros. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1173-1196, 2011.

FREITAS, Juarez. O controle social do orçamento público. Interesse Público, n. 11, p. 13, 2014.

GIACOMONI, James. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2005.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GAULARD, M. The Brazilian deindustrialization: financialization is not guilty. Revista de Economia Política, v. 35, n. 2, p. 227-246, 2015.

KOHAMA, Heilo. Contabilidade pública: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. KUTASI, G. Unsustainable Public Debt in a European Fiscal Union? Revista Finanzas y Política Económica, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2017.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão et. al. Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma instituição federal de ensino superior. Revista Gestão Universitária na América Latina, Santa Catarina, v. 7, n. 1, p. 148-168, 2014.

MACHADO, N.; HOLANDA, V. B. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da Experiência no Governo Federal do Brasil. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 44, n. 4, p. 796, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MEYERS, Roy T. The ball of confusion in federal budgeting: a shadow agenda for deliberative reform of the budget process. *Public Administration Review*, EUA, v. 69, n. 2, p. 211-223, 2009. MUSGRAVE, R.;

MUSGRAVE, P. *Finanças públicas*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REZENDE, Fernando Antônio. *Finanças públicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 8ª edição. Brasília, 2018. SERRANO, F.; PIMENTEL, K. SERÁ QUE “ACABOU O DINHEIRO”? FINANCIAMENTO DO GASTO PÚBLICO E TAXAS DE JUROS NUM PAÍS DE MOEDA SOBERANA. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 2, 2017.

SOUZA, Celina. *Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 84-97, 2001.

### **Formulação de Políticas Públicas**

**Ementa.** Políticas públicas: conceito, características, abrangência e funções. Análise das condicionantes institucionais, políticas, sociais e culturais do desenvolvimento e da gestão social. Modelos de gestão pública e concepções da relação entre estado e sociedade (e respectivos papéis na gestão social) que os referidos modelos pressupõem. Avaliação da qualidade dos resultados do Setor Público. Estudo de políticas públicas e avaliação da realidade brasileira.

### **Bibliografia**

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. *Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas*. Lua Nova, São Paulo, n. 105, p. 15-46, set. 2018.

ALIGICA, P.D.; TARKO, V. Polycentricity: From Polanyi to Ostrom, and Beyond. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v. 25, nº. 2, abr/2012. p. 237–262.

ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luis Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel. *Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.22, p.1597-1619, 2015.

ARRETCHE, Marta. *Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?* *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 44- 66, 1996.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. Two faces of power. *The American Political Science Review*, v. 56, n. 4, p. 947-952, 1962.

BIANOR, Scelza Cavalcanti; RUEDIGER, Marco Aurélio; SOBREIRA, Rogério. *Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BIRKLAND, Thomas. *Policy process: theories, concepts, and models of public policy making*. 2. ed. New York: Sharpe, 2005.

- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de Políticas*. Brasília: Enap, 2018.
- CARAMANI, Daniele. *Comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília; UDE, Walter. *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UGMG, 2002.
- CHAEBO, G.; Medeiros, J. J. Reflexões conceituais em coprodução de políticas públicas e apontamentos para uma agenda de pesquisa. *CADERNOS EBAPE.BR (FGV)*, v. 15, p. 1, 2017.
- CRUZ, Lílian R.; GUARESCHI, Neuza (Orgs.). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas Psicológicas*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.
- CUMMINS, Robert; LAND, Kenneth. Capabilities Subjective Wellbeing and Public Policy: A Response to Austin. *Social Indicators Research*, v.140, n. 1, p.157-173, 2018.
- DRAIBE, Sônia. O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. *Caderno de Pesquisa nº 32*, Campinas: NEPP/UNICAMP, 1998.
- DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. *Políticas Públicas, Princípios, Propósitos e Processos*. São Paulo, Atlas, 2012.
- DYE, Thomas. *Understanding public policy*. 13. ed. New York: Longman, 2009.
- GARCIA, A. V.; HILLESHEIM, J. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. *Educar em Revista*, v. 0, n. spe.2, p. 131-147, 2017.
- GUERRINI, Christi J; MAJUMDER, Mary A; LEWELLYN, Meaganne J; Mcguire, AMY L. Citizen science, public policy. *Science (New York, N.Y.)*, v. 361, p.134-136, 2018.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, v.18, n. 51, p. 21-30, 2003.
- HAU, Do Phu; ROIG-DOBÓN, Salvador; SÁNCHEZ GARCIA, José L. Innovative governance from public policy unities. *Journal of Business Research*, v.69, n. 4, p.1524- 1528, 2016.
- HOCHMAN, G; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. *Cad. CEDES*, vol. 2, 1 nº 55, Campinas, nov./2001.
- HOWLETT, Michael; MUKHERJEE, Ishani; Woo, J.J. From tools to toolkits in policy design studies: The new design orientation towards policy formulation research. *Policy & Politics*. V. 43, 2015.
- LINDBLOM, Charles. The Science of muddling thought. In: McCOOL, Daniel. *Public policy theories, models and concepts*. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

LOTTA, Gabriela; ARILSON, Favareto. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n.57, 2016.

LOWI, Theodore. American business, public policy, case-studies, and political theory. *World politics*, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

MCCOOL, Daniel. *Public policy theories, models and concepts*. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 30 aos anos 90. In: *Texto para discussão n. 852*. Brasília: IPEA, 2001.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. *Revista de Administração Pública*, v.42, n.3, p. 551-579, 2008.

MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert. *The oxford handbook of public policy*. Oxford University Press, 2008.

OLLAIK, L G.; MEDEIROS, J. J. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. *Rev. Adm. Pública [on-line]*, v. 45, n. 6, p. 1.943-1.967, 2011.

OLIVEIRA, OSMANY PORTO DE; FARIA, CARLOS AURÉLIO PIMENTA DE. Transferência, difusão e circulação de políticas públicas: tradições analíticas e o estado da disciplina no Brasil. *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, n.1, p. 13-32, 2017.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273-88, mar./abr. 2006.

PETERS, Guy; PIEERE, Jon. *Handbook of public policy*. London: Sage, 2006.

SARAIVA, Enrique; Ferrarezi, Elisabete. *Políticas Públicas: coletânea*. V1. Brasília: ENAP, 2006.

SARAIVA, Enrique; Ferrarezi, Elisabete. *Políticas Públicas: coletânea*. V2. Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, Leonardo. *Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos*, São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SOUZA, C. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n.51, p. 15-20, 2003.

SOUZA, C. Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional. *CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA*, v. 35, p. 2-14, 2019.

TINOCO, Dinah dos Santos. Análise sequencial de políticas públicas nas abordagens da ciência política e da gestão (Management). *Cadernos EBAPE.BR*, v.8, n.1, p. 184-197, 2010.

## **Métodos de pesquisa aplicados à gestão pública**

**Ementa.** O conhecimento científico. O conhecimento no campo da Administração. Abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. Métodos e técnicas de pesquisa. Estrutura do trabalho de conclusão final. Normatização. Discussão e análise dos projetos.

### **Bibliografia**

ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, Sedi. (Org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

ASTI VERA, Armando. Metodologia da pesquisa científica. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 131-146.

CAREGNATO, Rita Catalina A. e MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Florianópolis: Texto Contexto Enferm, out - dez 15(4): 679- 84, 2006.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 7, nº 1, 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Mac Graw-Hill do Brasil, 1983.

COLIN, Eden; ACKERMANN, Fran. Theory into practice, practice to theory: Action research in method development. European Journal of Operational Research. 271 (3), 16 December 2018.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 7. ed. Porto Alegre, Bookman, 2003.

COSTA, A. B. et al. Construção de uma escala para avaliar a qualidade metodológica de revisões sistemáticas. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, n. 8, p. 2441-2452, 2015.

CRESWELL, JOHN W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto alegre: Artmed, 2010.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DELEN, Dursun; ZOLBANIN, Hamed M. The analytics paradigm in business research. Journal of Business Research. V. 90, p.186-195. September 2018.

FAIRCLOUGH, N. L. Critical And Descriptive Goals In Discourse Analysis. *Journal of Pragmatics* 739-763, 1985.

FAIRCLOUGH, N. L. Discourse, Social Theory, and Social Research: The Discourse of Welfare Reform. *Journal of Sociolinguistics* 4/2, 2000.

FAIRCLOUGH, N. L. *Discurso e Mudança Social*. Tradução de Izabel Magalhães. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, J. H. Análise De Discurso Em Estudos Organizacionais: As Concepções De Pêcheux E Bakhtin. *Teoria e Prática em Administração*, v. 5, n. 2, pp. 51-71, 2015.

FARIA, José Henrique de. Epistemologia crítica do concreto e momentos da pesquisa: uma proposição para os estudos organizacionais. São Paulo: RAM. 16(5):15-40, Set.-Out., 2015. FARIA, J. H. Análise crítica de conteúdo: concepção, processo e método Curitiba: EPPEO, Texto para Discussão [Mimeo], 2017.

FOX, Nick J.; ALLDRED, Pam. New materialist social inquiry: designs, methods and the research-assembly. *INTERNATIONAL JOURNAL OF SOCIAL RESEARCH METHODOLOGY*, v. 14, n. 4, 2015.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e teoria de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GILL, R. Análise de Discurso. In: BAUER, M. W. e GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3a ed. Petrópolis: Vozes; 2002. pp.244-270.

GONÇALVES, H. et al. Population-based study in a rural area: methodology and challenges. *Revista de Saúde Pública*, v. 52, n. suppl 1, 2018.

GROENEVELD, Sandra; TUMMERS, Lars; BRONKHORST, Babette; et al. Quantitative Methods in Public Administration: Their Use and Development Through Time. *INTERNATIONAL PUBLIC MANAGEMENT JOURNAL*. v. 18, n.1, p.61-68, 2015.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HIRANO, Sedi (Org.) *Pesquisa social: projeto e planejamento*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

IKEDA, Ana Akemi; BIANCHI, Eliane Maria Pires Giavina. A Ground Theory na Administração. *FACES Revista de Administração*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 107-122, abr./jun. 2009.

KINALSKI, D. D. F. et al. Focus group on qualitative research: experience report. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 70, n. 2, p. 424-429, 2017.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. p. 9-105.

LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.



MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

OLIVEIRA, Tânia Modesto veludo de; AGUIAR, Fernando Henrique Oliveira de; QUEIROZ, Josimeire Pessoa de. Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios. Revista do Mackenzie (RAM) 15(1), São Paulo, SP, Jan./Fev. 2014.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. São Paulo: Atlas, 1976.  
Página 3/11 - 22/05/2012 11:58:42

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SEVERINO Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto W. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. VAN DE WALLE, Steven;

VAN DELFT, Roxanne. Publishing in Public Administration: Issues with Defining, Comparing, and Ranking the Output of Universities. INTERNATIONAL PUBLIC MANAGEMENT JOURNAL, v.18, n.1, p. 120-135, 2015.

VIEIRA, Marcelo M.F.; ZOUAIN, Deborah. Pesquisa qualitativa em administração. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2. ed. Porto alegre: Bookman, 2001.

## **Teoria das Organizações**

**Ementa.** A relação contexto histórico – configurações organizacionais – teorias administrativas. A organização como resultante do ambiente em que atua. Sistemas de gestão: objetivos, subsistemas e natureza da administração. As organizações: natureza, cultura, poder, política, tecnologia e abordagens emergentes. A teoria administrativa e as metáforas organizacionais. Ambientes organizacionais: ecologia, diversidade e globalização. Estudo das patologias organizacionais. Estudo do desempenho organizacional. Tendências e perspectivas da administração.

## **Bibliografia**

AKTOUF, Omar. A administração entre a tradição e a renovação. São Paulo: Atlas, 1996.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da Servidão: um novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of the corporate lyfe. 1st.ed. Aldershot [England, UK]: Gower, 1985.

BENINI, Elcio Gustavo; BENINI, Édi Augusto; NEMIROVSKY, Gabriel Gualhanone. Paradigmas de administração e legitimidade: a democracia como forma de dominação. *Organ. Soc.*, Salvador, v. 26, n. 89, p. 200-220, 2019.

CALDAS, Miguel P.; FACHIN, Roberto; FISCHER, Tânia (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1 a 4.

CARVALHO, Cristina A.; VIEIRA, Marcelo M.F.; GOULART, Sueli A. Trajetória Conservadora da Teoria Institucional. *Revista de Administração Pública*, v. 39, n. 4, p. 849-874. 2005.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções*. São Paulo: Atlas, 2001.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2012. CLEGG, S. R. *Modern organizations: organization studies in the postmodern world*. London: Sage Publications, 1990.

CUNHA, E. P., FERRAZ, D. L. *Crítica marxista da Administração*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018.

CUNHA, Miguel P.; RODRIGUES, Suzana Braga (Org.). *Estudos organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas: uma coletânea luso-brasileira*. São Paulo: Iglu, 2000.

DAVIS, G. F. Celebrating Organization Theory: The After Party. *Journal of Management Studies*, v. 52, n. 3, p. 309-319, 2015.

DiMAGGIO, Paul J., POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de Empresas*, v.45, n.2, p.74-89, 2005

ETZIONI, Amitai. *Organizações modernas*. São Paulo: Pioneira, 1989.

FARIA, J. H. *Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração*. V. 1, 2 e 3. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (Coord.) *Cultura e poder nas organizações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GURGEL, Claudio; MARINHO, Maiara. Escravidão contemporânea e oyoísmo. *Organ. Soc.*, Salvador , v. 26, n. 89, p. 317-337, jun. 2019 .

GONZALES-MIRANDA, D. R.; OCAMPO-SALAZAR, C. A.; GENTILIN, M. *Organizational Studies in Latin America. A Literature Review (2000-2014)*. *Innovar*, v. 28, n. 67, p. 89- 109, 2018.

LORINO, Philippe. *Pragmatism and organization studies*. Oxford, USA: Oxford University Press, 2018.

MARCH, J. G. (Org.) Handbook of organizations. Chicago: Rand McNally, 1965.

McMURRAY, Robert; PULLEN, Alison (Org.). Power, politics and exclusion in organization and management. Londres, UK: Routledge, 2019.

MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 1996. MORGAN, Gareth. Paradigm diversity in organizational research. In: HASSARD, John; PYM, Denis. The theory and philosophy of organizations: critical issues and new perspectives. 1st ed. London: Routledge, 1992. p. 13-29.

MOTTA, Fernando C. Prestes (Orgs.). Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo: Atlas, 1997.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria das organizações: evolução e crítica. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1994.

PAGÈS, Max et al. O Poder das organizações. 1st ed. São Paulo: Atlas, 1993.

PAULA, A. P. P. Teoria crítica das organizações. São Paulo: Thompson Learning, 2008

PAULA, A. P. P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmica. Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. 1, p. 24-46, 2016.

REAY, Trish. et al (Org.). Institutions and organizations: a process view. Oxford, UK: Oxford University Press, 2019.

REED, M. Redirections in organizational analysis. London: Tavistock, 1985.

RAMOS, A. G. A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

RANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 17, n. Spe, p. 844-856, Nov. 2019.

SANTOS, E. L. O campo científico da administração: uma análise a partir do círculo das matrizes teóricas. Cad. EBAPE.BR, v. 15, nº 2, Artigo 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2017.

SERVA, Maurício. Epistemology of Administration in Brazil: State of the Art. Cadernos EBAPE. BR, v. 15, n. 4, p. 741-750, 2017.

SERVA, Maurício; et al. A análise da racionalidade nas organizações – um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. Cadernos EBAPE.BR, v. 13, n. 3, p. 414-437, 2015.

SILVERMAN, D. The theory of organizations: a sociological framework. New York: Basic Books Publishers, 1971.

TORRES, Ofélia de Lanna Sett (Org.) O indivíduo na organização. São Paulo: Atlas, 1992.

WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: aprofundamento de temas atuais em administração de empresas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

TRAGTENBERG, M. Burocracia e ideologia. São Paulo: Editora Ática, 1974.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. Cadernos EBAPE.BR, v. 13, n. 2, p. 237-255, 2015.

### **Gestão de Projetos Públicos**

**Ementa.** Conceitos básicos de projeto. A equipe do projeto. Alinhamento Estratégico de Projetos. Escritório de Projetos (PMO). Critérios para seleção de projetos. Metodologias para o Gerenciamento de Projetos. Elaboração e apresentação de propostas de projeto. Instrumental para o Planejamento de Projetos. Ferramentas de controle do projeto. Gestão de Portfólio.

### **Bibliografia**

ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique. Guia de gerenciamento no setor público. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Enap, 2001.

BARCAUI, André B.; Borba, Danubio; Neves, Rodrigo B. Gerenciamento do tempo em projetos – Série Gerenciamento de Projetos. Editora FGV, 2006.

CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI Jr., Roque. Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros. São Paulo: Atlas, 2006. Página 6/11 – 22/05/2012 – 11:58:42

CLELAND, David; IRELAND, Lewis; Gerência de projetos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002.

CLEMENTE, Ademir. Projetos empresariais e públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CONSTANCIO, F. L.; SOUZA NETO, J. Correlação entre o nível de engajamento das equipes de projeto e o desempenho em uma empresa pública estruturada por projetos. Revista de Gestão e Projetos, GeP. v. 7, n. 2, p. 16-33, 2016

DA COSTA E SILVA, V. L. et al. Can the risk in public-private partnerships be classified? Cadernos de Saúde Pública, v. 33, 2017

DINSMORE, P. C.; CAVALIERE, Adriane. Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos. 1. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2003.

DUFFY, M. Gestão de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

GASIK, S. National Public Project implementation: systems: How to Improve public projects delivery from the country level. 29th World Congress International Project Management Association (IPMA) 2015, IPMA WC 2015, 28-30 September – 1 October 2015, Westin Playa Bonita, Panama. Procedia – Social and Behavioral Sciences 226 (2016) 351 – 357.

GASIK, S. Are public projects different than projects in other sectors? Preliminary results of empirical research. Conference on ENTERprise Information Systems/International Conference on Project Management/Conference on Health and Social

Care Information Systems and Technologies, CENTERIS/ProjMAN/HCist 2016, October 5-7, 2016. Procedia Computer Science 100 (2016) 399 – 406.

GIOVANELLA, L. et al. Universal health system and universal health coverage: assumptions and strategies. *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 23, n. 6, p. 1763-1776, Jun 2018.

GOMES, F., OLIVEIRA, M., CHAVES, M. S. An analysis of the relationship between knowledge sharing and the project management process groups. *Knowledge and Process Management*, v.25, n.3, 2018.

JALOCHA, B.; KRANE, H. P.; EKAMBARAM, A.; PRAWELSKA-SKRZYPEK, G. Key competences of public sector project managers. *Procedia – Social and Behavioral Sciences* 119 (2014) 247 – 256

KERZNER, Harold. *Gestão de projetos: as melhores práticas*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

KLINK, J.; SOUZA, M. B. D. Financialization: concepts, experiences and relevance to the field of Brazilian urban planning *Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro*. *Cadernos Metrópole*, v. 19, n. 39, p. 379-406, 2017.

LIMA, F. J.; CIRQUEIRA, J. C.; PINTO, V. C.; SOUZA, W. A. R. Gerenciamento de Projetos: Um Modelo de Monitoramento e Controle de Projetos Públicos Executados com Recursos de Transferências Voluntárias. *Revista de Gestão e Projetos*, v.8, n. 1, 2017.

MACETA, P. R. M., BERSSANETI, F. T., & CARVALHO, M. M. Gerenciamento de portfólio de projetos no setor público: Uma revisão da literatura. *Revista Produ o Online*, v.17, n.1, 2017.

MARTINS, H. C.; MOURA, M.T.; MESQUITA, J.M. Escritórios de projetos como resposta estratégica da organiza o: um estudo de caso na Vale. *Revista de Gestão e Projetos - GeP*, São Paulo, v. 2, n. 2, p 26-54, 2011.

MARINHO, R. D. C. P. et al. Fiscaliza o de contratos de serviços terceirizados: desafios para a universidade pública. *Gestão & Produ o*, v. 25, n. 3, p. 444-457, 2018.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. *Administra o de projetos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDEIROS, B. C.; SOUZA NETO, M. V; NOBRE, A. C. N.; NOGUEIRA, G. M. F. Planejando projetos com o Life Cycle Canvas (LCC): um estudo sobre um projeto de infraestrutura pública estadual. *Exacta*, v. 15, n 1, 2017.

MENEZES, Luiz César de Moura. *Gestão de projetos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Cid Knipel; CATTINI, Jr. Orlando; KEELING, Ralph. *Gestão de projetos*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, R. R.; MARTINS, H. C. Estratégia, Pessoas e Opera es como agentes influenciadores do desempenho do Escritório de Gerenciamento de Projetos: uma análise por meio da Modelagem de Equa es Estruturais. *Gestão & Produ o*, v. 25, n. 2, 2018.

PFEIFFER, Peter. Gerenciamento de projetos de desenvolvimento. Brasport, 2005.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Project management body of knowledge guide (PMBok Guide). 3. ed. Newton Square: Project Management Institute, 2004.

RIBAS, J. R. et al. INTEGRAÇÃO DE AÇÕES NA GESTÃO SUSTENTÁVEL. REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), v. 23, n. 2, p. 31-57, 2017.

SANTOS, V.; VARAJÃO, J. PMO as a key ingredient of public sector projects' success – position paper. Conference on ENTERprise Information Systems / International Conference on Project Management/Conference on Health and Social Care Information Systems and Technologies, CENTERIS/ProjMAN/HCist 2015 October 7-9, 2015. Procedia Computer Science 64 (2015) 1190 – 1199

SANTOS, S.C.; COSTA, M.C.C. Gerenciamento de Projetos na Administração Pública. Anais do XXXIII – Encontro Nacional de Engenharia de Produção. A Gestão dos Processos de Produção e as Parcerias Globais para o Desenvolvimento Sustentável dos Sistemas Produtivos- Salvador, BA, Brasil, 08 a 11 de outubro de 2013.

SIEDSCHLAG, D.; JUNIOR, O. F. P. S.; ALVES, C. S. R. A contribuição do escritório de gestão de projetos – EGP na gestão estratégica de uma universidade comunitária. Revista de Gestão e Projetos – GeP, v. 7, n. 3, 2016.

SILVA, R. E.; SOUZA, J. NETO. Contratação do desenvolvimento ágil de software na administração pública federal: riscos e ações mitigadoras. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 66, n. 1, p. 97-120, 2015.

SIRISOMBOONSUK, P.; GU, V. C.; CAO, R. Q.; BURNS, J. R. Relationships between project governance and information technology governance and their impact on project performance. International Journal of Project Management, v. 36, 2018.

SOTILLE, MAURO. Justificando PMO nas Organizações. In Barcaui, Andre (Org). PMO: Escritório de Projetos, programas e portfólio na prática. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.

SOUZA, ENOCK G.; REINHARD, N. Uma Revisão Bibliográfica Dos Fatores Ambientais Que Influenciam A Gestão De Projetos De Sistemas De Informação No Setor Público. Revista de Gestão e Projetos – GeP, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 27, 2015.

TEIXEIRA, C.; PEREIRA, L.; TEIXEIRA, C. Public investment projects: lessons learned and prospects. Projetos de investimento público em Portugal: Lições e perspectivas. Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa, v. 16, n. 2, p. 4-22, 2017.

VALLE, A. B., SOARES, C. A. P., FINOCCHIO Jr., J.; SILVA, L. de S. F. Fundamentos do gerenciamento de projetos. São Paulo: Editora FGV, 2007.

VARELA, L.; MOURA, G. Aprimorando as competências do gerente de Projeto. Brasport, Rio de Janeiro, 2013.

VARGAS, Ricardo Viana. Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2005.

XAVIER, C.M.S; VIVACQUA, F. R.; MACEDO, O. S.; XAVIER. L.F. Metodologia de gerenciamento de projetos – Methodoware 3ª Edição – Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

TEIXEIRA, C.; PEREIRA, L.; TEIXEIRA, C. Projetos de investimento público em Portugal: Lições e perspectivas. Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa, v. 16, n. 2, p. 4-22, 2017.

### **Práticas de Produção Técnico-Científica**

**Ementa.** Definição do problema de pesquisa. Escola metodológica. Pesquisa de campo. Tratamento dos dados. Estrutura do relatório técnico-científico.

### **Bibliografia.**

ARAGÃO, Cecília Vescovi; SANGO, Maria da Conceição de Almeida. O Método do Caso no ensino de administração pública: um exercício prático. In TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: metodologia e casos. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 7. ed. Porto Alegre, Bookman, 2003.

DEBUS, Mary. Handbook for excellence in focus group research. Academy of Educational Research, 1988.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: UnB, 2001.

KIRK, Jerome, MILLER, Marc. Reliability and validity in qualitative research. Beverly Hills: Sage Publications, Inc., 1986.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educação & Sociedade, v. 27, n.94, p. 47-69, jan/abr 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.  
MAYRING, P. Qualitative content analysis. Forum qualitative sozialforschung / forum: qualitative social research, v. 1, n. 2, jun. 2000. Disponível em: Acesso em: 25 jan. 2012.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SÁ, Celso Pereira. Núcleo central das representações sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPINK, Peter; CLEMENTE, Roberta (Orgs.). 20 experiências de gestão pública e cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Disponível em:  
[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15747/relatorio\\_completo\\_2005.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15747/relatorio_completo_2005.pdf?sequence=1). Acesso em: 25 jan. 2012.

TEMPLETON, Jane F. The focus group: A strategic guide to organizing, conducting and analyzing the focus group interview. New York: McGraw-Hill, 1994.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1988

TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados: quando o Estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001. YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4 ed. São Paulo: Bookman, 2010.

## **Direito Administrativo**

**Ementa.** Os direitos fundamentais e a evolução do Estado. A nova hermenêutica jurídica e o Direito Administrativo. A concretização dos princípios constitucionais da administração pública e a tutela jurídica dos direitos fundamentais. A nova ordem administrativa e as políticas públicas. O alcance do princípio da tutela judicial perante a administração pública. Justiça administrativa. Discricionariedade administrativa e valoração dos conceitos jurídicos indeterminados. A nova ordem administrativa e as políticas públicas. Controle jurisdicional da administração pública. O modelo regulatório brasileiro. O Direito Administrativo e a fuga para o Direito Privado. A processualidade administrativa. Regime constitucional dos agentes públicos. Responsabilidade dos agentes públicos.

## **Bibliografia.**

ANTUNES ROCHA, Cármen Lúcia. Princípios constitucionais dos servidores públicos. São Paulo: Saraiva, 1999.

BINENBOJM, Gustavo. Uma Teoria do Direito Administrativo. Renovar, 2008 CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Pareceres de Direito Administrativo. Malheiros, 2011.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Comentários ao Regime Único dos Servidores Públicos Civis. Saraiva, 2010

## **Gestão de Contratos e Convênios**

**Ementa.** Princípio Constitucional da Eficiência. Princípio Constitucional da Economicidade. Atos de Gestão Anti-econômicos. Controle Interno e Externo dos Atos da Administração. Aspectos gerais dos procedimentos licitatórios. Princípios. Causas Excludentes. Modalidades. O procedimento licitatório. A Licitação por Meio Eletrônico. Da invalidação dos procedimentos licitatórios. Contratos administrativos. Características e modalidades. Extinção dos contratos Administrativos. Propostas para Combater a Morosidade nas Licitações.



## **Bibliografia**

CRUZ, Flávio da (Coord.). Lei de Responsabilidade Fiscal comentada. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo, Atlas, 2009.

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 13. ed. – São Paulo: Dialética, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo – 14. ed. – São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e contratos. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

## **Administração Estratégica**

**Ementa.** Evolução e etapas da administração estratégica: conceitos e interfaces com a teoria administrativa. Missão, objetivos e diretrizes organizacionais. Formulação e implantação estratégica: tipos de formulação, análise da implantação e monitoramento. Posicionamento Competitivo. Avaliação de Desempenho como Sistema de Implementação e Monitoramento da Estratégia.

## **Bibliografia**

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1995.

HUNGER, J. David. Gestão estratégica: princípios e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002.

KALLÁS, David. Gestão da estratégia: experiências e lições de empresas brasileiras. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996.

MATUS, Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, 1995.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Management não é o que você pensa. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MINTZBERG, Henry. Managing: desvendando o dia a dia da gestão. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MINTZBERG, Henry. Ascensão e queda do planejamento estratégico. São Paulo: Bookman, 2004.

MINTZBERG, Henry. Safári de estratégia. São Paulo: Bookman, 1999. MINTZBERG, H. The nature of managerial work. New York: Harper and Row, 1973.

NICOLAU, I. O Conceito de estratégia. Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial (INDEG): Portugal 2001. Disponível em: [http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB\\_2008\\_1/Modulo\\_9/Direcao\\_estrategica/Material\\_didatico/conceito\\_20estrategia%20%281%29.pdf](http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB_2008_1/Modulo_9/Direcao_estrategica/Material_didatico/conceito_20estrategia%20%281%29.pdf).

### **Gestão Social e Ambiental**

**Ementa.** Análise dos impactos das ações empresariais sobre indivíduos, ambientes e sociedades. Sustentabilidade, capital e responsabilidade social. Gestão social: impactos e conflitos. Análise das políticas ambientais: perspectiva histórica, filosófica e social. Planejamento, implementação e gestão ambiental. Indicadores de sustentabilidade social, ambiental e econômica.

### **Bibliografia**

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAVALCANTI, C. Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIOAMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DALCOMUNI, S. M. Dynamic capabilities for cleaner production innovation: the case of the market export pulp in Brazil. DPhil Thesis, SPRU University of Sussex 1997.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IOSCHOPE, B. E. (org.). Desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e terra, 1997.

LASTRES, H. M. M; ALBAGLI, S. (Org). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAY, P. H., LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. Economia do meio ambiente. São Paulo: Campus, 1998

MERICO, L .F. K. Introdução à economia ecológica. Coleção Sociedade e Ambiente 1. Blumenau: Eifurb. 2002.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond Universitária 2008

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. 2002.

### **Projeto Organizacional**

**Ementa.** Projeto e Mudança organizacional. Análise Organizacional, contexto e mudança. Inovação Organizacional. Tipologias da Mudança Organizacional. Classificação das Pesquisas sobre Mudança Organizacional. Características Organizacionais Facilitadoras da Mudança. Redes sociais no trabalho e mudança. O papel do Indivíduo na Mudança. Avaliação da mudança organizacional

### **Bibliografia**

A disciplina não requer Bibliografia

### **Gestão Pública**

**Ementa.** Planejamento e gestão estratégica no setor público: conceitos e evolução. Formulação e desdobramento de políticas públicas. Gestão de resultados: análise do alinhamento e do desdobramento das ações. Metodologias de gestão de resultados: origem, evolução, estágio atual e tendências. Desenvolvimento de indicadores de desempenho no setor público: elaboração e ponderação de indicadores. Indicadores globais e setoriais: formulação de políticas de desenvolvimento.

### **Bibliografia**

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista Brasileira de Administração Pública, v. 1, p. 77-87, 2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Org.). Balanço da reforma do Estado no Brasil: a nova gestão pública. Brasília:MP/SEGES, 2002.

BRESSER-PEREIRA, L. C; SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BRESSER-PEREIRA, L. C; GRAU, Nuria C. O público não estatal na reforma do estado (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. Revista do Serviço Público, ano 49, n. 1, jan./mar. 1998.

CASTELLS, M. A Sociedade em rede. 10. ed. Paz e Terra, 2007.

CRISTO, C. M. P. N. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. Revista do Serviço Público, ano 54, n. 1, jan./mar. 2003

DAGNINO, E., OLIVERIA, A.J. e PANFICHI (orgs.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

DOWNS, A. Inside bureaucracy. Prospect Heights, Ill.: Waveland Press, 1994.

EGLER, T. T. C. (Org.). Ciberpolis: Redes no Governo da Cidade. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

ETKIN, J. Política, gobierno y gerencia de las organizaciones. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, A. e ALMEIDA, M. I. R. de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1995.

FONSECA, M. A. R. Planejamento e desenvolvimento econômico. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.

GOLDSMITH, S. Governar em rede: O Novo Formato do Setor Público. São Paulo: UNESP, 2006.

IOSCHOPE, B. E. (Org.). Desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e terra, 1997.

KEINERT, T. M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000. L

IMA, B. O. (Coord). La nueva gestión pública. Madrid: Pearson Educación, 2001.

REZENDE, F. C. Desafios gerenciais para a reconfiguração da administração burocrática Brasileira. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p.344-365, jan./jun. 2009.

ROCHA, C. V. Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil. Rev. Sociol. Polit., v.19, n. 38, p.171-185, fev. 2011.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347 – 369, mar./abr. 2009.

TRAGTENBERG, M. Burocracia e ideologia. São Paulo: Ática, 1985.

TROSA, S. Gestão pública por resultados: quando o Estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001.

WILSON, J. Q. Bureaucracy: What government agencies do and why they do it. Jackson, TN: Basic Books, 1989.

### **Elaboração e Análise de Projetos**

**Ementa.** Conceituação e estruturação de projetos. Tipologia de projetos, projetos e políticas públicas. Técnicas de elaboração, análise e avaliação de projetos de investimentos públicos e privados. Desenvolvimento de projetos: estudo de mercado em projetos, estudos técnicos, custos em projetos, análise de viabilidade econômico social de projetos.

### **Bibliografia**

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. Página 9/11 – 22/05/2012 11:58:43

ALECIAN, Serge; FOUCHER, Dominique. Guia de gerenciamento no setor público. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Enap, 2001.

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. 1. ed. Porto alegre: Tomo Editorial,2000.

BARREIRA, Maria Cecília R. N.; CARVALHO, Maria do Carmo B. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

CLELAND, David; IRELAND, Lewis. Gerência de projetos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002.

COHEN, Ernest; FRANCO, Roland. Avaliação de projetos sociais. 2. ed. Petrópolis. RJ: 1993.

CRUZ, Célia; ESTRAVIZ, Marcelo. Captação de recursos para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. São Paulo: Global, 2001.258p.

DINSMORE, P. C.; CAVALIERE, A. Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos. 1. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2003.

ILPES – Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social. Guia para apresentação de projetos. 1a ed. São Paulo: Difel/Forum,1975.

KERZNER, H. Gestão de projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2002. KISIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. São Paulo: Global, 2001.

MELNICK, Júlio. Manual de projetos de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Unilivros, 1981. POMERANZ, Lenina. Elaboração análise de projetos. São Paulo: Hicitec, 1985.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE; Project management body of knowledge guide (PMBok Guide) – 3ª Edição. Newton Square: Project Management Institute, 2004.

UNIDO-ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Manual de preparação de estudos de viabilidade industrial. São Paulo: Atlas, 1987.

VALARELLI, L. L. Indicadores de resultados de projetos sociais. Rede de Informações do Terceiro Setor 1999.

VARGAS, Ricardo Viana. Manual prático do plano do projeto. Rio de Janeiro: Brasport, 2003.

VARGAS, Ricardo Vianna. Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos. Rio de Janeiro, Brasport, 2000.

WOILER, Sansão; MARTINS, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

## **Tópicos Especiais em Gestão Pública I**

**Ementa:** Disciplina dedicada temas específicos de Administração Pública. Conteúdo variável, abrangendo aspectos complementares e relevantes para a formação global do estudante, com atenção a gestão em setores específicos, como: saúde, educação, esporte, infraestrutura, agricultura, habitação.

**Bibliografia**

Bibliografia a ser definida de acordo com temas da ementa.

**Tópicos Especiais em Gestão Pública II**

**Ementa:** Disciplina dedicada a temas específicos de Administração Pública. Conteúdo variável, abrangendo aspectos complementares e relevantes para a formação global do estudante, com atenção à gestão em setores específicos, como: saúde, educação, esporte, infraestrutura, agricultura, habitação.

**Bibliografia:**

A disciplina não requer bibliografia.